

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO N.º , DE 2021.

(Dos Deputados Frei Anástacio, Marcon, Helder Salomão, Nilto Tatto,
Valmir Assunção e Patrus Ananias)

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir o processo do massacre de Pau D' Arco ocorrido em maio de 2017.

Senhor Presidente

Senhor Presidente, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para discutir o processo do massacre de Pau D' Arco ocorrido em maio de 2017.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Manoel Gomes Pereira, presidente da associação dos moradores do acampamento
- José Vargas Júnior, advogado
- Representante da Comissão Pastoral da Terra
- Julio José Araujo Junior - Coordenador do GT Reforma Agrária e Conflitos Fundiários – Ministério Público Federa/Procuradoria Federal do Direito do Cidadão
- Geraldo - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Ualame Machado Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará
- Leonardo Caldas - Ministério Público Estadual – Comarca de Redenção
- Cleia Anice da Mota Porto - Secretaria para a Comissão Especial de Acompanhamento dos Conflitos Fundiários Coletivos Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

JUSTIFICAÇÃO

Em maio de 2017, no interior da Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'Arco, sul do Pará, uma operação das polícias civil e militar paraenses resultou no assassinato de dez trabalhadores rurais. Eram nove homens e uma mulher, Jane Júlia, liderança e, hoje, mártir do movimento. Tendo visto o próprio namorado ser executado pelos policiais, Fernando se fingiu de morto durante a chacina, sobrevivendo ao cerco policial.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Frei Anastacio Ribeiro e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213512051600>



* CD213512051600*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Seguindo a tradição de impunidade para os crimes contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, quatro anos depois, os 16 policiais denunciados pela participação no massacre ainda estão em liberdade, e o inquérito que investiga os mandantes do crime não resultou em nenhum indiciamento. Enquanto isso, o advogado dos sobreviventes, José Vargas, foi preso e continua em prisão domiciliar, sob a acusação de participação em um crime que, de acordo com sua defesa, ele não teve qualquer participação. Nos causa preocupação adicional o fato de Fernando, sobrevivente e testemunha do massacre, ter sido assassinado apenas um dia depois da liberação de Vargas da cadeia.

Vargas tem atuação destacada na defesa dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pela terra no sul do Pará, tornando-se amplamente conhecido, devido sua corajosa atuação em defesa das vítimas do massacre de Pau D'Arco. Além das constantes ameaças à Vargas, sua prisão acirra a vulnerabilidade a que as famílias da ocupação Jane Júlia estão expostas – sobretudo, dos sobreviventes da chacina.

Fernando morava em um lote na ocupação da Fazenda Santa Lúcia, junto com mais 200 famílias acampadas na área, onde criaram o Acampamento Jane Júlia. No episódio do massacre, todos sobreviventes tiveram que sair da área. Contudo, ainda em 2017, a fazenda foi novamente ocupada.

Um dos primeiros a integrar o grupo da ocupação, Fernando resistiu junto a companheiros e companheiras, no decurso de sucessivas tentativas de despejos que aconteceram na área, a mando do pretenso proprietário. A comunidade reivindica a implementação de um assentamento de reforma agrária no local.

Os depoimentos de Fernando e de outros sobreviventes foram, desde o início, fundamentais para elucidação do caso, antecipando o que os laudos de perícia técnica viriam a confirmar sobre a chacina. Tendo sobrevivido, foi, a um só tempo, vítima e testemunha ocular de um crime abominável, cuja repercussão nacional e internacional é mais uma ferida exposta de nosso país. Sob forte ameaça e pressão, Fernando entrou para o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, tendo saído da região por um tempo. Optou, contudo, por retornar a seu território, na esperança de conseguir um lote de reforma agrária com a criação do assentamento para as dezenas de famílias do Acampamento Jane Júlia.

Os policiais denunciados como executores do massacre obtiveram do Judiciário decisão favorável para aguardar o júri em liberdade. Não há previsão de quando serão julgados. Na sequência, foram reincorporados às suas funções e continuam na ativa. Esses fatos criaram um ambiente de intimidação aos sobreviventes e às famílias das vítimas. Por outro lado, o inquérito sobre os mandantes do crime não foi concluído, deixando muitas perguntas sem respostas. A principal delas é: quem foram os mandantes do Massacre de Pau D'Arco?

Enquanto ocorre a prisão do advogado e o homicídio do sobrevivente (e principal testemunha!) do massacre, as famílias seguem ameaçadas de despejo pela Vara Agrária de Redenção, mesmo em plena pandemia (!).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Embora haja indícios de que a Fazenda Santa Lúcia se encontre em terras públicas, o processo fundiário de investigação da cadeia dominial do imóvel, que deveria avançar rápido diante da gravidade do conflito, ficou paralisado. Desconsiderando a violência ocorrida na área e a iminência de novos conflitos, a oferta do Incra para compra do imóvel e criação do assentamento foi suspensa no início de 2019, seguindo decisão do governo Bolsonaro que proibiu o INCRA de adquirir novos imóveis para criação de assentamentos de Reforma Agrária. Muito embora esta terra já esteja paga, como pontuou Fernando durante uma audiência judicial, em 2020, a respeito das vítimas da Fazenda Santa Lúcia: “a gente já pagou por essa terra. Com nosso sangue!”.

Fernando morreu. O tiro que o vitimou, fez também outras vítimas. Atingiram a todos nós que lutamos pelo direito à terra no Pará, Amazônia e no país. Sua morte nos obriga a perguntar: Quem matou Fernando? Quem mandou matar Fernando? Porque o governo não soluciona o problema fundiário e assegura o direito à terra às famílias acampadas e aos sobreviventes do massacre?

A Comissão Pastoral da Terra e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e várias outras entidades se manifestaram em carta e, e peticionaram ao Secretário de Segurança Pública requerendo uma investigação rigorosa do crime. Solicitaram também, que o Ministério Público Federal seja acionado para acompanhar as investigações. Essa mesma petição foi enviada à Anistia Internacional, que já se posicionou publicamente sobre o caso.¹

As entidades que assinaram a nota, exigiram do Governo do Estado, a designação de uma equipe especial de investigação para que o crime seja rapidamente esclarecido, o executor identificado e preso, assim como, os possíveis mandantes desse crime bárbaro, providência ainda sem resposta. O Estado brasileiro, notadamente o estado do Pará, tem a obrigação de sanar sua dívida histórica com os trabalhadores rurais, vítimas de violência diária e recorrente.

Guardaremos na memória a coragem de Fernando, aquele que testemunhava em favor da justiça, sonhando e lutando por uma terra a conquistar. O recordaremos por sua solidariedade com as famílias companheiras da ocupação; pelo amigo estimado para tantas pessoas, que conservava a alegria, apesar de tantas adversidades. Sua voz – doce, firme, assertiva, única – é inesquecível para quem a ouviu, e não será calada, nem será esquecida.

A Comissão de Direitos Humanos e Minoria realizou diligência no dia 26 de maio de 2017, na Fazenda Santa Lúcia, com a participação dos deputados membros com o objetivo de realizar reuniões com autoridades e agricultores para constatar a situação de conflito na região. Passado 4 anos do conflito a realização dessa audiência pública e de grande importância para avaliar os andamentos do processo referente a situação do imóvel rural assim como a situação do processo que investiga a morte dos trabalhadores rurais.

Em razão do exposto, portanto, contamos com apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.



* C D 2 1 3 5 1 2 0 5 1 6 0 0 *

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Sala das Comissões, 31 de maio de 2021.

Marcon
Deputado Federal PT/RS

Frei Anastácio
Deputado Federal PT/PB

Helder Salomão
Deputado Federal PT/ES

Nilto Tatto
Deputado Federal PT/SP

Patrus Ananias
Deputado Federal PT/MG

Valmir Assunção
Deputado Federal PT/BA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Frei Anastacio Ribeiro e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213512051600>



* C D 2 1 3 5 1 2 0 5 1 6 0 0 *



Requerimento (Do Sr. Frei Anastacio Ribeiro)

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir o processo do massacre de Pau D' Arco ocorrido em maio de 2017.

Assinaram eletronicamente o documento CD213512051600, nesta ordem:

- 1 Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB)
- 2 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 3 Dep. Valmir Assunção (PT/BA)
- 4 Dep. Marcon (PT/RS)
- 5 Dep. Helder Salomão (PT/ES)
- 6 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Frei Anastacio Ribeiro e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213512051600>